



PARECER PRÉVIO Nº 70/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11403/2017.

Apensos: Processos nºs 10282/2017 e 12938/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Sr. Jecimar Pinheiro Matos - Prefeito Municipal de Anamã

6- Advogado: Lyvia Fabiana Moutinho Lyra - OAB/AM 14414 e Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM 7738.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4493/2022-PGC-MPC, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito Municipal de Anamã, no curso do exercício de 2016, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, pela permanência dos achados de menor potencial ofensivo, sobre os quais devem ser dirigidas as ressalvas contidas no Relatório que acompanha este Parecer Prévio;

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



PARECER PRÉVIO Nº 70/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 70/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11403/2017.

Apenso: Processos nºs 10282/2017 e 12938/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Sr. Jecimar Pinheiro Matos – Prefeito Municipal de Anamã

Advogado: Lyvia Fabiana Moutinho Lyra - OAB/AM 14414 e Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM 7738.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4493/2022-PGC-MPC, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2016.

Determinação. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Determinar à Câmara Municipal de Anamã** que observe o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, sobretudo o **prazo de 60 dias** para julgar as contas do **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, que deve ser contado a partir da publicação do parecer prévio desta Corte no Diário Oficial;
- 9.2. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX** que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI, pela DICOP e pelo d. Ministério Público de Contas, relativas às **contas de gestão do Responsável**, em atenção às orientações exaradas na Portaria nº 152/2021-GP e pela Resolução ATRICON nº 02/2020, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração;
- 9.3. Dar ciência ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, sobre o deslinde do feito,



ACÓRDÃO Nº 70/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

obedecendo a constituição dos patronos.

- 10- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
11- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023.
12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.
13- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral